



Anais da Assembléia

Nº 159

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 237ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1975

QUARTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leo-poldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrianto, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Saot, Lázaro Dumotn, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Car-los Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguareziz, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisós-tomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Wal-denício Barbalho, Werner Wanderer, Francisco Escorsin e Wilson Fortes (49), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Da-vid Federmann, Deni Schwartz, Fuad Nacli, Jurandir Messias e Luiz Alberto Oliveira. (5).—

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DESTINADA À APRECIAÇÃO DE VETOS GOVERNAMEN-
TAIS.

O SR. PRESIDENTE.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO.

procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 336/75, Veto apostado ao

Projeto de Lei 257/71, de autoria do ex-Deputado Anto-nio Franco Ferreira da Costa, que transfere à responsabilidade do DER, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga o município de Icaraima e Ivaté. Parecer da C.C.J., pela manuten-ção do Veto. Encerrada a discussão.

Em votação, Rejeitado o Projeto e mantido o Veto.

ofício nº 269/75

Curitiba, 13 de novembro de 1975.

Proposição 336/75

Sr. Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 106/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no parágrafo primeiro, do artigo 28 ambos da Consti-tuição Estadual, vetei o Projeto de Lei 257/71, por julgá-lo in-

constitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o muni-cípio de Icaraima a Ivaté, em um trecho aproximado de 20 km.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Execu-tivo a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, au-mente ou autorize despesa Pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

JAYME CANE JUNIOR — Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro en-cerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, — dia 04, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 337/75.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 5, às 9 e 30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — DA Proposição nº 338/75.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 238ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1975

QUARTA - FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretaria-da pelos Srs. Deputados Adalberto Daros e Otássio Pereira.

À Hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leo-poldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Os-valdo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisós-to-mo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldeni-cio Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann, Deni Schwartz, Fuad Nacli, Jurandir Messias e Luiz Alberto Oliveira (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE.—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º Secretário.—

procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:—

Sob os números 294, 295, 296, 297, 298, 299 e 300/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

96/74: Do Senhor ex-Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Transmundial, com sede na cidade de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 6727. AGRADEÇA-SE.

90/75: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que declara da Unidade Pública, a Comunidade Carmelitas da Cidade de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o número 6.728. — AGRADEÇA-SE.

12/74: Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública, a Associação Médica do Paraná, Regional de São José dos Pinhais, cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6.729. — AGRADEÇA-SE.

101/75: Do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.730. — AGRADEÇA-SE.

38/75: Do Senhor Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o número 6.731. — AGRADEÇA-SE.

96/75: Do Senhor Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Francisco de Assis, com a sede na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 6732. — AGRADEÇA-SE.

95/75: Do Senhor Deputado Ivan Rüppel, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo com sede e foro na cidade de Cambará, o qual convertido em Lei tomou o número 6733. — AGRADEÇA-SE.

Do Senhor Godofredo Claudio Reveredo, Presidente da Sociedade de São Vicente de Paulo, no qual convida os Senhores Parlamentares para assistir no dia 07 do mês em curso, às 10,00 horas, à solenidade de inauguração do Busto de Frederico Ozamann, fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo, na praça que tem seu nome, situada na confluência das ruas Padre Agostinho e General Mário Tourinho, nesta Capital. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Daltron Moreira Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio da Platina, encaminhando requerimento formulado pelo Edil Heitor Ravedutti, aprovado em plenário pela aquela Casa de Leis, no sentido de que seja enviado à aquela cidade dentro do mais breve possível, uma autoridade para acompanhar o Inquérito Parlamentar em curso naquela Câmara Municipal para apurar possíveis atos de corrupção da atual administração Municipal, em decorrência de convênios firmados ou não, entre o Estado e o município para reformas de estabelecimentos de ensino no município. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Reso-

lução nºs 25/75, 92/75, 100/75, 101/75, 102/75, 103/75, 104/75, 105/75, 106/75, 107/75, 108/75, 109/75, 110/75, 111/75, 112/75, 113/75, 114/75, 115/75, 116/75, 117/75, 118/75, 119/75, 120/75, 121/75, 122/75, 123/75, 124/75, 124/75 e 126/75 e de Lei nºs 67/72, 23/75, 53/75, 114/75, 124/75, 128/75, 145/75, 152/75 e 154/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, dispensa de publicação em Redação Final do Projeto de Lei nº 169/75.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pela passagem nesta data do 41º aniversário da elevação de Londrina à categoria de município.

Na verdade, Londrina, foi elevada à categoria de município em 03 de dezembro de 1934, através da Lei nº 1519, sendo o município instalado, oficialmente, no dia 10 de dezembro do mesmo ano, tendo como seu primeiro prefeito o Dr. Joaquim Vicente de Castro.

A história de Londrina remonta ao ano de 1924, quando chegou ao Paraná um grupo de capitalistas ingleses chefiado por Lord Lovat, ocasião em que o referido grupo teve sua atenção despertada para a faixa de terras existente entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema.

Foi então que se fundou a Companhia de Terras Norte do Paraná com a finalidade de promover o povoamento da imensa região, fundando-se então o primeiro núcleo que recebeu o nome de Londrina, onde instalou-se a sede da Nova Companhia.

Atraídos por eficiente propaganda e pela facilidade na aquisição de terras, foram chegando os primeiros colonos provenientes de todos os pontos do País, tendo início o maior movimento migratório de que se tem notícia em todo território nacional.

E aí está a Londrina pujante que todos nós conhecemos

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

Que, em data de ontem, o Governador do Estado de São Paulo determinou, tendo em vista as festas natalinas, a antecipação do pagamento dos vencimentos aos funcionários públicos estaduais mediante programação especial a iniciar-se dia 15 do corrente até o dia 19.

Requeiro, regimentalmente, envio de apelo ao Governador Estado no sentido de que se digne adotar idêntica medida, cujo alcance humanitário é evidente.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhando o presente expediente ao Senhor Diretor Superintendente da SANEPAR.

Pretende-se que sejam tomadas pela SANEPAR as medidas cabíveis para que se possa dotar o distrito de Cambey, no município de Castro, de uma rede de água.

O núcleo habitacional, ocupado em sua grande maioria por operários, conta atualmente com cerca de 200 residências, não existindo porém rede de água e esgotos.

Considerando que as águas utilizadas pelos moradores do referido distrito apresentam elevado grau de poluição, especialmente em virtude de defensivos usados na lavoura, tal medida importaria numa importante ação do governo na defesa da saúde do povo.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Secretário da Administração, pelo qual se requer a atenção daquela pasta para a necessidade de ser incluído no plano de recuperação de prédios públicos estaduais, o Grupo Escolar Rui Barbosa, localizado na cidade de Primeiro de Maio, dadas as precárias condições em que se encontra o referido prédio.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a— DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Senhor Secretário da Administração, com o objetivo de pleitear providências daquela pasta no sentido de ser incluído no plano de reparos de prédios estaduais o prédio utilizado pelo Grupo Escolar Hugo Simas, da cidade de Londrina.

Além de estar localizado na área central da cidade, o referido prédio necessita de importantes e profundos reparos, tal a precariedade de suas atuais instalações.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

1) Considerando que Marajó é um dos grandes distritos do Paraná, e que é sem dúvida o orgulho do município de Nova Aurora, comarca de Formosa do Oeste;

2) Considerando que o distrito de Marajó, possui funcionando precariamente, o Ginásio Estadual, extensão do Ginásio de Nova Aurora, sem contudo oferecer as mínimas condições de higiene, pois além de faltar água no estabelecimento, não há zeladora, nomeada ou contratada, pelo estado ou município permanecendo os alunos em uma verdadeira pocilga.

3) Considerando que as crianças que frequentam aquele estabelecimento poderão ser vítimas de doenças tendo em vista o abandono em que se encontra o prédio;

4) Considerando que o poder público municipal pouco interesse tem demonstrado no sentido de dotar o estabelecimento

de condições dignas para que os estudantes possam frequentar as aulas;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmo. Sr. Francisco Borsari Neto, DD. Secretário da Educação, solicitando que sejam adotadas as devidas providências para imediata regularização da situação reinante naquele estabelecimento.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Governador Jayme Canet Júnior, formulando apelo no sentido de que o Chefe do Poder Executivo determine à Secretaria de Segurança e Saúde e à Prefeitura do Município de Curitiba, "a imediata interdição de toda a parte superior do edifício "Independência", localizado à Praça Tiradentes nesta Capital.

Com dezesseis pavimentos, o referido prédio pertence a vários proprietários, sendo que somente o andar térreo, ocupado é de propriedade da Drogaria Morifarma, está em perfeita ordem e possui totais condições para continuar em funcionamento.

Os quinze pavimentos restantes não dispõem de elevador, estão com as obras inacabadas e abrigam em quase sua totalidade Os Piores Marginais de Curitiba. Convenientemente disfarçados, rotulados por "Sociedades Beneficentes", os bilharitos e carteados ocupam a maior parte do prédio, transformando-o em "Antro" de prostituição, corrupção de menores e abrigo de ladões.

Tudo leva a crer que a Prefeitura de Curitiba possui inocência e ingenuidade fantásticas, ou então, em vez de proteger a Família Curitiba, defende Interesses Escusos de Terceiros, e mesmo, poderá ser tachada de conivente quando afirma no Ofício nº 247/75, assinado pelo Prefeito Saulz Raiz, respondendo pedido de informações deste Deputado, que:

"O prédio já possui grande parte de sua obra vistoriada e acabada. Possui um elevador em funcionamento, e que os 1º e 2º andares estão ocupados por "Sociedades Beneficentes. Do 3º ao 7º pavimento não há ocupação, salvo por famílias de operários da obra, e que, do 8º ao 15º andares encontram-se algumas unidades já ocupadas".

Informações determinadas segundo o levantamento efetuado pelo Serviço de Fiscalização da Prefeitura, realizado no dia 19 de Setembro do corrente ano.

O edifício "Independência" em sua parte superior, Senhor Governador, é refúgio e escola de marginais. É necessário a imediata evacuação de todos os seus quinze andares e, a pronta abertura de inquérito para que os proprietários respondam também por crime cometido contra a segurança popular, pelo acoitamento de criminosos e, sobretudo, pelo mais pernicioso e abominável de todos os crimes:

A CORRUPÇÃO DE MENORES

Anexamos recorte do jornal "Tribuna do Paraná" que reporta a "filantropia" exercida pelo Clube Beneficente 10 de Outubro, localizado naquele edifício, como também, remetemos em anexo uma cópia autêntica do mencionado expediente que recebemos da Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro com base no Regimento Interno, que esta Casa, faça, com o povo com as classes mais representativas de trabalho, com os sindicatos, com a imprensa, na manifestação do desapontamento que a todos domina ante a injustiça que ao Paraná se fez, na escolha dos Juizes do Trabalho para composição do novo Tribunal Regional do Trabalho a aqui ser instalado.

É bastante recente a luta que desenvolvemos, todos os paranaenses, para conseguirmos, após muitos anos, que fosse criado o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Mais recente ainda, foi o movimento para evitar que a sede desse Tribunal fosse localizada no vizinho Estado de Santa Catarina, também integrante da Nova Região da Justiça do Trabalho.

Pois, após tanta luta, após estas duas vitórias, obtidas em campo aberto, com toda a lealdade, acaba o Paraná de sofrer rude golpe, na sessão secreta do E. Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, em São Paulo, aquele E. Tribunal, encarregado de apresentar uma lista de três nomes de Juizes do Trabalho, em exercício no Paraná, para que entre eles o Excelentíssimo Senhor Presidente da República escolha um dos integrantes do novo Tribunal simplesmente, ignorou que o Paraná tem um Juiz do Trabalho aqui nascido e que, como o melhor que aquele Tribunal pudesse selecionar, estaria à altura para participar dessa lista.

Isto nos causa desapontamento. E tudo isto nos causa, porque não há qualquer razão para tal discriminação contra o Paraná, eis que o Juiz preterido é dos mais antigos militantes na magistratura do Trabalho (foi nomeado Suplente de Juiz do Trabalho há cerca de vinte anos e desde então não mais se afastou das funções, sendo hoje titular da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba); é dos mais capazes (inclusive é Professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito de Curitiba), já tendo tido convites para lecionar em outras escolas, além de ser conhecida sua integridade, como conhecida é sua dedicação ao trabalho.

Nada se disse quanto às razões que aquele E. Tribunal teria para assim ter procedido, mas tudo está a indicar que a razão seja uma única: esse Juiz é paranaense, "agravada" pelo fato de ter sido um dos mais ardorosos batalhadores pela criação do novo Tribunal.

Mas, o fato de ser paranaense não pode, sem nosso protesto ser admitido como contra-indicação para ser Juiz de um Tribunal Regional do Trabalho (principalmente de um Tribunal sediado no Paraná), o de ter batalhado pela criação de um Tribunal em seu Estado, só pode engrandecê-lo.

Por estas razões, não podendo sopitar os sentimentos que tal injustiça nos trouxe, requeremos seja consignado este protesto em ata e seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dando-lhes conhecimento desta manifestação e apelando para seu sendo de justiça, no sentido de que, através da devolução de tal lista ao E. Tribunal que a organizou, se corrija a grave falta praticada contra o Paraná e contra Dr. Leronardo Abagge, o Juiz preterido.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas, requer respaldado em decisão do plenário, sejam enviados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ernesto Geisel, Presidente da República; Euclides Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações; Alysson Paulinelli, Ministro da Agricultura e Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando a instituição de selos postais homena-

geando o agricultor brasileiro, com lançamento previsto para o dia 25 de julho, ao lado de outras solenidades, no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

"Não se impressionem com a fase de desenvolvimento industrial do momento, pois a agricultura continua sendo de vital importância para o Brasil".

Tais palavras foram proferidas pelo Presidente da República há dias passados, aos estudantes de agronomia, em Porto Alegre, quando exortou-os para a gigantesca e nobilitante tarefa que os aguarda.

Esta assertiva não foi um fato isolado pois, reiteradamente, aquela autoridade vem fazendo pronunciamentos no mesmo sentido. Já nos primeiros momentos de sua posse, conferiu à agro-pecuária aspecto de realce. E o fez, certamente tendo em vista a contribuição que aquelas atividades vem prestando no transcurso da nossa história, desde o descobrimento.

Mesmo na hora presente quando fala-se sobremaneira em industrialização, a agricultura continua a receber papel de destaque, tendo ensejado mesmo a possibilidade do desenvolvimento industrial e o vem fazendo, ainda, na atualidade. Hoje quando todo o mundo passa por um processo de readaptação econômica; quando a crise petrolífera além de proporcionar uma nova conscientização da valorização das diversas formas de energias, de modo adequado, veio realçar a importância dos produtos agrícolas.

Assim como se prevê a possibilidade de extinção dos meios energéticos, caso não utilizados de modo adequado pelo homem, certos autores prevêem que a próxima grande crise será a das proteínas. Malgrado o desejo em contrário, os fatos parecem conferir razões aos que pensam desta maneira, haja visto os bolsões de famintos existentes no mundo, notadamente em países da África e da Ásia.

A par disto, a enorme carência de petróleo nos dias de hoje e elevado dispêndio de bens pelo país, para a sua obtenção e a situação econômica nacional, não só permitem novas inversões em setores, os quais temos sobejas condições de produzir, mas, através de uma produção, em larga escala haveremos de obter divisas com a sua exportação.

Com uma visão global dos problemas pátrios o Senhor Presidente, Ernesto Geisel vem dando ênfase ao setor agrícola, conferindo no seu programa de governo, um esforço nacional de conscientização e, mais que isso, enfatizando que o Brasil deve continuar se apoiando na agricultura, como fizeram e continuam fazendo outros países.

A sua importância extrapola estes aspectos visto que o setor ocupa mais de cinquenta por cento da nossa população economicamente ativa.

A marginalização do excedente da mão-de-obra que abandona os meios rurais, procurando a ilusão de melhores perspectivas dos núcleos urbanos vem gerando graves problemas, engrossando o número de desajustados, subempregados, pedintes, desocupados, enfim marginalizados de toda ordem.

Ao lado disso a produtividade da terra é ínfima em relação à obtida por outros povos. Técnicas adequadas à outros países nem sempre são bem sucedidos quando transportas para o nosso solo.

O Brasil quer por sua localização geográfica, quer pela sua condição do solo, oferece notável possibilidade para o incremento maior da produção. E na região meridional, o Paraná tem se caracterizado como Estado eminentemente agrícola, tendo o governo central reservado-lhe uma vocação voltada para a agro-indústria. É desnecessário se ressaltar a contribuição prestada pelo nosso Estado para a expressiva obtenção de divisas pelo País, há

décadas, através da exportação do café, e mais recentemente pela produção e exportação de cereais, principalmente a soja e o trigo.

Esta vocação tem lhe sido, às vezes, pesada e prejudicial, recentemente milhares de quilômetros quadrados tiveram sua produção aniquilada pelas geadas, trazendo profundos efeitos negativos deitando por terra o produto de muito trabalho executado ora sob um sol castigante, ora sob pesadas chuvas e temperaturas adversas. Posteriormente foram as prolongadas secas que se fizeram sentir e mais tarde incêndios que grassaram, tudo contribuindo para a elevação dos prejuízos quer da iniciativa privada quer do Estado, calculada inicialmente em vinte por cento e, posteriormente, impossível de ser aquilataada.

Através dos tempos, entretanto, o agricultor ciclicamente, com uma fibra indomável recomeçava do quase nada, reconstruindo o que a tragédia provocara até o advento de nova tragédia, constituindo-se no Homem Kipliguiano e no forte e no bravo do poeta.

O seu acendrado amor ao solo e a sua crença no criador, ao lado de algumas providências governamentais animavam-lhe a determinação do reinício, vencendo o cansaço para atender os apelos das autoridades, buscando a sua participação na tarefa ingente do progresso, sempre mais acelerado de que necessita nosso País.

As metas fixadas no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, atribuem pesadas responsabilidades à agropecuária, evidenciando com todo realce o seu decisivo papel na sustentação do crescimento econômico do País. O plano prevê uma taxa de crescimento anual de 7 por cento para o próximo quinquênio.

Não obstante, os agricultores vêm encontrando outros óbices, novos desafios, qual seja a comercialização difícil para alguns produtos, a alta dos cultos culturais, preços da terra e do trabalho agrícola, ensejando apreensões, incertezas e riscos crescentes além das constatações dos preços se encontrar aquém do que seria lícito esperar.

Contudo, temos o empenho dos setores governamentais ensejando esforços sobre todos os ângulos, do governo estadual fazendo gestões junto a órgãos federais, procurando minorar os efeitos negativos que aligem os setores rurais.

Esta Assembléia Legislativa, através de propositura por nós apresentada e aprovada nesta Casa, após trâmites transformada em Lei, instituiu o DIA DO COLONO em todo o Estado do Paraná a ser comemorado no dia 25 de julho, em homenagem àquela laboriosa classe.

Diante do exposto, achamos questão de mérito, a homenagem aos agricultores brasileiros, com o lançamento de selo comemorativo, quando se festeja pela primeira vez o Dia do Colono instituído por lei, pelo nosso Estado, em retribuição a quem muito representa no contexto do progresso brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando-lhes urgentes providências no sentido de regularizar a linha de ônibus intermunicipal que liga o município de Guaraniaçu passando pelo distrito de Guaporé e demanda à Campina da Lagoa e outros.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Guaraniaçu, de larga extensão territorial e com distritos de alta significação econômica, baseada na agro-pecuária e in-

dústria, nos últimos anos tem sentido um afluxo demográfico surpreendente, principalmente no distrito de Guaporé, situado a noroeste do município, formado na sua maioria por minifúndio, responsável por uma diversidade de produtos agrícolas.

Como recentemente a balsa que propicia a transposição do Rio Piquiri estava em estado precário, e empresa de ônibus UNIÃO CASCAVEL deixou de fazer o trajeto completo da linha concedida, que é a ligação da BR-277 até Campina da Lagoa, passando por Guaraniaçu, distrito de Guaporé, Fazenda Slaviero, Porto Bananeiras e eventualmente Bela Vista do Piquiri.

Há pouco tempo, a linha era feita pelo Expresso Maringá e União Cascavel, sendo que esta adquiriu os direitos daquela, e agora (segundo os usuários), se recusa a cumprir horários e fazer o trajeto preestabelecido, parando seus coletivos em Guaporé, que fica 22 km aquém do Rio e a 48 km de Campina da Lagoa.

Os usuários que quiserem completar a viagem, são forçados a pagar táxi, cujo preço é incompatível com a economia popular. Aliás, convém ressaltar que o porto e estrada foram reparados pelo município, oferecendo não só segurança mas também economia à empresa de transportes.

Há uma segunda opção aos passageiros, qual seja a de mandarem à Campina da Lagoa através de Cascavel, Corbélia, Braganey, Longuinópolis, Samália, Porto Vera Cruz, Bela Vista do Piquiri e Campina da Lagoa, cuja volta é de 280 km.

Por essas imperiosas razões, há urgência do órgão competente tomar medidas para sanar essa inconcebível anomalia, que alcança as raíais do abuso.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 180/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a "Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul Anacreonte Vieira Bodevan" de Iporã, Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente plano de Lei, seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente serviços relevantes à coletividade, conforme estatutos anexo.

PROJETO DE LEI Nº 181/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, no município de Goioerê, os Distritos Administrativos de Rancho Alegre do Oeste e Bandeirantes do Oeste, com as seguintes divisas:

I — DISTRITO DE RANCHO ALEGRE DO OESTE:

(Área de 172,00 km²) Começa no Rio Comissão, no ponto de encontro da divisa entre as Glebas 15 e 23, da Colônia Goioerê de onde segue em sentido Norte até alcançar o Rio Caracol, e por este acima até alcançar a linha da divisa entre as Glebas 15 e 13, de onde segue rumo Sul até atingir o Rio Barreiro, pelo qual sobe até alcançar a divisa intermunicipal entre Goioerê e Janiópolis, deste segue Rumo Sul até alcançar o Rio Comissão, pelo qual desce até alcançar a linha de divisa entre as Glebas 15 e 23, da Colônia Goioerê, ponto de partida.

II — DISTRITO DE BANDEIRANTES DO OESTE

(Área de 123,31 km²) Começa na foz do Rio Água Bela, deste ponto sobe pelo referido Rio até encontrar seu afluente de margem esquerda sem denominação, no ponto de divisa entre as Glebas 16, 1ª parte e 12, 1ª parte, seguindo então por esse afluente até encontrar a divisora das Glebas que limita a Gleba 16, 1ª parte e Gleba 14, deste ponto segue por linha seca acompanhando a referida divisora com Rumo NE 64° 30' SW e distância de 6.450,00 (seis mil quatrocentos e cinquenta) metros, até atingir outro ponto, deste ponto deflete a esquerda e segue por linha seca com Rumo NE 04° 00' SW dividindo os lotes 63, 50, 61 - A e 62 - A, até chegar encontrar o Arroio Barigui na distância de 3.900,00 (três mil e novecentos) metros, deste ponto segue pelo referido Arroio em direção a sua foz, até atingir o Rio Piquiri, deste ponto segue margeando o Rio Piquiri, até encontrar a Foz do Rio Água Bela, ponto inicial.

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

O município de Goioerê, situado no Vale do Piquiri, é um dos municípios que vem apresentando um dos maiores desenvolvimentos, quer no campo econômico, quer no campo social dentro do nosso Estado. Consequência desse desenvolvimento, é a criação das condições, para que localidades, como as de Rancho Alegre do Oeste e Bandeirantes do Oeste, se apresentem e almejem a sua elevação à categoria de distrito.

De acordo com a documentação que apresentamos e anexamos ao presente Projeto de Lei, vemos que as condições essenciais, requerida pela legislação normalizadora da matéria estão preenchidas. No decorrer da sua tramitação, juntaremos a certidão requerida junto ao IBGE (protocolo anexo), sobre os dados populacionais e de residências.

Isto exposto, temos a certeza de que o presente Projeto de Lei que ora apresentamos, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, o qual representa o anseio e as justas reivindicações da laboriosa e ordeira população daquelas localidades.

O SR. PRESIDENTE - (Leopoldo Jacomel) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna apenas para cobrar do Governo da República, para lembrar que apesar do preço do óleo do hortelã ter sido fixado em 82,50 o mínimo por quilo, em nossa região Oeste do Paraná, as empresas multi-nacionais que ali operam estão pagando a preço não superior a 55 cruzeiros, portanto muito aquém não só do desejado, mas do atribuído pelo Governo Federal.

Entendemos, Sr. Presidente, que há necessidade de se fazer uma denúncia a respeito desta violação do preceito estabelecido pelo governo da República.

Ou se cumpre a determinação dessa autoridade máxima no País ou então essa autoridade perde o sentido de se manter no Poder. Entendemos que urge uma medida adequada para que o Governo opere com todos os poderes que possui, para que o preço seja pago na forma em que ele mesmo preceituou.

É lamentável que esse produto, de sensível sofrimento pelas intempéries, produto que danifica muitas vezes o solo e sua fertilidade, venha a sofrer uma defasagem e uma desobediência a autoridade máxima dos três Poderes da República.

Entendemos, por outro lado, que é preciso, e urgente, se fazer uma busca, uma averiguação pelo Ministério da Agri-

cultura e também por setores ligados a fixação de preços de produtos nacionais, de produtos agrícolas que se operam na região. Que se faça uma tomada de posição de torno deste preço que foi fixado pelo Presidente da República e pelo Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos chegando ao final deste período legislativo no qual inumeros Srs. Deputados se fazem presentes pela primeira vez no cargo de deputado estadual e muitos outros pela segunda, terceira ou quarta vez.

E, neste final de período parlamentar, queríamos inicialmente transmitir, em nosso nome, o agradecimento aos Srs. Deputados, a esta mesa Executiva, aos Srs. Funcionários desta Casa, ao Comitê de Imprensa aqui credenciado. Todas as vezes que os Srs. Deputados se fizerem presente a tribuna, foi no sentido de trazer algum benefício a representação política que ostentem.

E nesta representação é que nós, neste final de período legislativo, queríamos cobrar deste Governo constituído do Estado do Paraná, na pessoa do Governador Jaime Canet Jr.

E nós, da região dos Campos Gerais, comunidade esta já representada no Governo passado por outras representações políticas que vieram a esta Casa de Leis e que hoje se complementa na pessoa ilustre do Deputado David Federmann e deste que vos fala, queremos reclamar a nossa região aquilo que realmente lhe é de direito não por esta administração, mas por outras administrações de governos anteriores.

Na manhã de hoje, mais precisamente na C.P.I. que investiga os destinos da educação deste Paraná, tivemos a presença do ilustre Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Prof. Odeni Villaca Mungruel, que expunha aquilo que nós já apresentamos aos senhores desta Casa, aquilo que o Paraná conhece, aquilo que particularmente Ponta Grossa reclama na administração daquele Reitor da sua Reitoria, de que existe ainda nesta Pátria, homens dedicados e voltados com as suas atenções, para com o Ensino Superior, no território brasileiro. E nesta reivindicação, aonde somamos as representações políticas ARENA e MDB; somamos a comunidade de Ponta Grossa com a região de Campos Gerais, e consequentemente, com o Paraná, queríamos somar com o Governo do Estado, falta tão somente, Fundação Estadual Universidade de Ponta Grossa, o respaldo do Governo administrativo deste Estado, enviando a esta Casa, uma mensagem pela qual, o acervo do Colégio Estadual Augusto Ribas, seja o passamento ao acervo da Fundação Estadual da Universidade de Ponta Grossa.

Rememorar aquilo que já dissemos desta tribuna, aos Srs. Deputados, as reuniões efetivadas entre os prefeitos e a região de Campos Gerais, com S. Exa. o Sr. Prefeito de Ponta Grossa; com S. Exa. o Sr. Governador do Estado; com as representações políticas deste Paraná para com o Governo do Estado, traga, o reclamo daquilo que realmente nos identificamos, com a recente visita presidencial em nossa terra, aonde o mais alto Chefe da Nação, indagava à Reitoria daquela Instituição de que se existia na cidade de Ponta Grossa um curso de Engenharia Agrônômica.

Visualizava S. Exa. o Presidente Ernesto Geisel, de que uma região eminentemente agrícola, aonde por si só demonstra o espírito agricultor de que é possuído o cidadão de Campos Gerais, de que realmente Ponta Grossa, obtenha deste Governo do Estado, aquilo que nós reclamamos, aquilo que nós principalmente, pontagrossenses, nos identificamos e nós da região de Campos Gerais, com reclamo indistinto, da criação do Curso de Engenharia Agrônômica, na nossa Instituição Maior, que é a Fundação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

(Lendo): "Mas o que nos traz, Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, sabem V. Exas. que um dos maiores orgulhos que nós dos Campos Gerais, temos, está no fato de representarmos sem detrimento para os irmãos de todo o Paraná, onde as colonizações estrangeiras foram somadas ao brasileiro nativo e formaram uma das populações com maior amor à terra, aos frutos desta terra, e à luta pela conquista de melhores condições de vida para sua seus filhos.

Foi assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Ponta Grossa, pálida projeção dos sonhos de seus filmes, no início do século, hoje é uma das cidades que mais cresce no Brasil, tendo conquistado o seu ciclo industrial, porque sua infraestrutura agrícola a sua posição geográfica, permitiram as pesquisas favoráveis que lhe deram a oportunidade de conquistar a confiança de importantes industriais de grupos internacionais.

Lavradores confiaram no governo porque Ponta Grossa não é a capital cívica do Paraná apenas como uma frase de retórica mas sim, porque seus filhos sempre amaram a legalidade, o direito, a Lei e a Justiça.

Pode, o agricultor deste País, chamado insistentemente a colaborar para o desenvolvimento da produção agrícola deste Brasil que tanto amamos, ser simplesmente esquecido no processo de apoio e de confiança de todo um esquema de Governo?

E nós que permanecemos com representação política nesta Casa e de Leis, não poderíamos de forma alguma deixar de registrar nesta ocasião esta distinção de tratamento agrícola entre Paraná e Minas Gerais, numa desconcertante medida que vai de encontro ao governo federal e principalmente ao impoluto Presidente Ernesto Geisel, que tem assim nos demonstrado através de suas atitudes a indistinção dos estados sejam do norte, do Sul ou do Oeste, dando todos os benefícios indistintamente a todos os quadrantes do território brasileiro.

Teria S. Exa. o Sr. Presidente da República de tomar uma medida coibitiva a esse Ministro que discrimina, principalmente ao Paraná e mais particularmente a este caso relatado.

Não posso e não devo entender a ação dos funcionários dos ministérios da Agricultura, cegos e surdos aos apelos dos lavradores brasileiros e paranaenses, particularmente de Ponta Grossa e aos homens do Grupo Executivo de Engenharia do Ministério ausentes das suas obrigações de assistência técnica ao lavrador, cujo único objetivo e principal desejo de trabalhar pelo seu sustento e para, principalmente, colaborar com os programas de produção deste País.

Queria ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requerer a essa mesa Executiva que remetesse cópia deste nosso pronunciamento a S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura e a esse Grupo, de Engenharia que tem a sigla PTRMA.

Desejo que fique registrado nos Anais desta Casa não o protesto deste agricultor, mas de inúmeros outros e que fique o protesto da representação política desta Assembléia no sentido de que o Ministro da Agricultura e o Sr. Presidente da República tomem imediatamente uma ação coibindo esses desmandos, essas anomalias administrativas que se verificam neste território, que é o Brasil.

Se S. Exa. o Sr. Presidente, através do Ministério, não tome ação imediata na qual fica responsabilizado o Ministério deste falido contrato feito entre os Srs. agricultores e o Ministério tenho a certeza que em nada adiantará, aqui estaremos para cobrar do Governo Federal aquilo que estamos relatando.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a aquiescência do eminente Deputado Ezequias Losso, faço da tribuna algumas considerações que considero oportunas.

O Sr. Governador do Estado, reunido com a imprensa es-

crita, falada e televisionada, no Palácio Iguaçu, há poucos instantes, sancionou projeto de lei oriundo desta Casa concedendo ao funcionalismo público do Estado, o direito à percepção de todas as vantagens no período de férias.

Também da entrevista com a Imprensa do Paraná, S. Exa. assinava anteprojeto de lei conferindo aumento de vencimentos aos servidores públicos e civis do Estado, fixando o percentual de trinta por cento incidindo sobre vencimentos e todas as vantagens, também a gratificação de produtividade.

Além de sancionar o Projeto de Lei a que me refiro e de assinar o anteprojeto do aumento do funcionalismo e do Estatuto do Magistério, S. Exa. acaba de assinar Mensagem convocando a Assembléia Legislativa do Estado para um período extraordinário de sessões, a iniciar-se na segunda-feira, até o dia 31 do corrente mês.

É com satisfação que, em nome da Liderança que exerço, eventualmente faço estas comunicações e quero crer é o coroamento da luta deste Poder e do Executivo.

É com satisfação que faço estas comunicações, na certeza de que p. Sr. Governador do Estado tem podido, à medida em que o Tesouro lhe dá suporte financeiro, cumprir com a meta de seu Governo, de valorização do homem, em especial pretendendo que a classe do funcionalismo público civil e militar tenha condições melhores de vida. (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): Assomamos à tribuna nesta tarde para fazer referências ao trabalho da Universidade Federal do Paraná, Instituição que dia 19 de dezembro vai completar nada menos do que 63 anos.

A atual administração, liderada pelos professores Theodócio Jorge Atherino, consegue um ano de vitórias suadas, mas amplamente recompensadas a médio e a longo prazo.

Hoje a instituição apresenta-se com face bastante mudada. A vida estudantil organizou-se, não se assistindo mais a eterna romaria de universitários, em direção à Reitoria, unicamente para reclamar.

Até no “campus” Avançado de Imperatriz o mesmo espírito domina com equipe de alunos que se revesam mensalmente.

Fizeram até projetos de melhoria urbanística para o município, que tem perto de 50 mil habitantes.

A Universidade do Paraná amntém 37 cursos nos quais matricula pelo vestibular 2.700 alunos em março e em julho de cada ano. No último concurso essas vagas foram disputadas por 12.055 candidatos e no vestibular que começa em 11 de janeiro, um total de 13.884, concorrentes.

Theodócio Atherino, não esteve entre os dirigentes universitários, preocupados em difundir exageradamente e sem escrúpulos, a pós-graduação.

Limitou a habilitação ao estritamente necessário, mas por outro lado expandiu a especialização como são exemplos os cursos de médicos e engenheiros do Trabalho, cujas turmas acabam de ser diplomados inclusive, com homenagens ao Governador e ao Ministro da Educação.

O maior problema enfrentado até agora tem sido a dispersão da base física, subdividida em 13 núcleos. Uns no Juvevê, outros no Jardim das Américas e no Centro da Cidade, e outros no bairro do Batel.

Dai sairia o Setor de Ciências Biológicas para um novo prédio, já em vias de construção, no Centro Politécnico.

Nesse rumo, o professor Theodócio Atherino deverá ser apoiado com vistas à troca, quanto antes possível, do terreno do alto Capanema por próprios que possui no centro da cidade. Ali seria um local ótimo para a implantação do Campus, pois a área de 25 alqueires somar-se-ia a do Politécnico, favorecendo a vida universitária, retirada do atropelo da cidade. O convênio está em fase de estudos no INPS, na UFP e na Prefeitura.

No momento, a Universidade ainda precisa se valer de baixa emprestada para ensinar a disciplina.

Abrindo-se como a moderna Universidade faz, a UFP tem estabelecido convênio de cooperação técnico-científico com entidades oficiais, para-estatais e nada investe.

A esperança de concretização de todos os projetos em tempo hábil, a criação de novos contatos com a comunidade brasileira e o intercâmbio com centros de pesquisa nacionais e estrangeiros, já fazem da Universidade do Paraná uma instituição atualizada.

No Hospital de Clínicas já são sete os transplantes de rim e na área de realização, digo de cardiologia já se faz até válvulas cardíacas. As Usinas Piloto, do Centro Politécnico, preparam uma solução razoável e econômica para evitar o pesado ônus do combustível derivado do petróleo e aí mesmo, encontrou-se a fórmula para se concentrar alimentos notadamente os de soja.

O projeto de reclassificação de pessoal já está na fase do treinamento, conquistando posição melhor para quase 1400 funcionários e nele o interesse de melhores dias, pois aqui reside uma delicada circunstância de funcionamento da Universidade. Espera-se que o processo satisfaça a todos os funcionários, para se chegar a uma equipe integrada, sintonizada com os objetivos de desenvolvimento, visados pela Universidade.

Mas a administração atual da universidade Federal do Paraná mostra um balanço financeiro bem realístico dessa posição que cada vez mais a evidencia como privilegiada. O orçamento geral da instituição de ensino superior triplicou desde que o Reitor Theodócio Jorge Atherino assumiu em 1973.

De um total de 90.600.749,00 já chegou a 1975 a 272 milhões 171 mil cruzeiros e segundo as primeiras estimativas atingirá 400 milhões de cruzeiros no exercício que está para começar.

No decorrer do período o Ministério da Educação e Cultura concedeu um reajuste da ordem de 76 milhões de cruzeiros, que beneficiaram o programa de obras da instituição e permitiu delinear a implantação de um novo sistema de controle acadêmico e abrir mais o Hospital de Clínicas para atender a comunidade.

O primeiro orçamento de 1975 chegava a 196.304.600,00 mas, as constantes suplementações liberadas para atender ao plano global de desenvolvimentno criado pela administração da Universidade, passou para 272 milhões de cruzeiros.

A melhora foi bastante sensível.

Com 20 milhões no Setor de Ciências Biológicas, cuja verba o MEC já determinou inclusão para este exercício, o investimento embora no ano será elevado. O recurso é carreado através do PREMESU, órgão destinado a beneficiar a expansão do ensino superior, com determinação do Departamento de Assuntos Universitários, permitirá ainda a aplicação de 14 milhões na construção de laboratórios didáticos, auditônicos, laboratórios de pesquisa e o novo Edifício para a imprensa Universitária.

Também com recursos próprios, a Universidade já instalou a Unidade de Terapia Intensiva, no Hospital de Clínicas, um organismo indispensável em qualquer complexo hospitalar.

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos apresentar desta tribuna os nossos cumprimentos à atual administração que tem sabido cumprir o seu dever e tem, efetivamente, contribuído para o desenvolvimentno da nossa principal casa de ensino que virá proporcionar à juventude de nossa terra as condições para o aprendizado integral.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com grande prazer e honra a presença da Sra. Ferdinanda Marques, poetisa e compositora do Hino Centenário do Paraná e da Sra. Nair Cravo Westphalen, eminente professora, que trazem convite a esta Casa Parlamentar para a palestra que farão realizar dia 9 de dezembro às 16,00 horas, Centro Paranaense de Cultura, à Avenida Visc. de Rio Branco.

A palestra versará sobre Folclore do Paraná, Cavalhada de Guarapuava, Gongadas da Lapa e Gralha Azul.

Esta Presidência designa os Srs. Deputados Trajano Bastos e José Dumont, para representar esta Casa.

Para o dia 18 de dezembro haverá outra palestra intitulada "VIDA E OBRA DE LEÔNCIO CORREIA".

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria de informar que amanhã irá começar um curso de Tribunal de Justiça sobre a adaptação do novo sistema do registro imobiliário que irá ser implantado, na forma do processo alemão, no Direito Brasileiro. O curso iniciará amanhã às 20:00 horas.

O SR. PRESIDENTE — Extensivo a todos os Srs. Deputados o convite do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato. Necessita de apoio.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) sr. Presidente, requiro chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.
— (É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada nominal 29 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 82/74, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que classifica de acordo com o princípio de hierarquia, importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades, os Órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 87/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que dispõe sobre a dedução das alíquotas do ICM, incidentes sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná em confronto com propostas de empresas de outros Estados. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 91/75, encaminhando anteprojeto que objetiva reformular parcialmente a Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., COM EMENDAS, EMENDAS DE PLENÁRIO com parecer FAVORÁVEL da C.F. — em discussão.

A Mesa suspende a sessão por 5 minutos para entrar em contato com as lideranças de bancada para ser orientada a votação desta matéria.

— (É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Em votação a Emenda 1, da Comissão de Constituição e Justiça. — APROVADA.

Em votação a Emenda 2, da Comissão de Constituição e Justiça. — APROVADA.

Em votação a Emenda 3, da Comissão de Constituição e Justiça, com parecer contrário da C.C.J. — REJEITADA.

Em votação a Emenda 4, da Comissão de Constituição e Justiça. — APROVADA.

Em votação a Emenda 5, da Comissão de Constituição e Justiça. — APROVADA.

Todas essas emendas apreciadas são da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação a Emenda 3, da Comissão de Finanças, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, com parecer favorável. (Lê a emenda.) Aprovada.

Em votação a Emenda 1, de autoria do Sr. Deputado José Muggiati Filho, com parecer contrário da Comissão de Finanças. — REJEITADA.

Em votação a Emenda 2, de autoria do Sr. Deputado José Muggiati Filho, com parecer contrário da Comissão de Finanças. — REJEITADA.

Em votação a Emenda 4, da Comissão de Finanças, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável da Comissão. Em discussão. Em votação. APROVADA.

Em votação a Emenda 5, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho. parecer contrário da Comissão de Finanças. Em votação. — REJEITADA.

Em votação a Emenda 3, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, prejudicada por ter sido aprovada a Emenda 1, da Comissão de Finanças, com o mesmo teor.

Em votação a Emenda 1, de plenário de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, com parecer favorável da Comissão de Finanças. Em discussão. Em votação. — APROVADA.

Em votação a Emenda 4, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, parecer favorável da Comissão de Finanças. Em votação. — APROVADA.

Em votação a Emenda 6, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, parecer favorável da Comissão de Finanças. Em votação. — APROVADA.

Em votação a Emenda 7, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, parecer favorável da Comissão de Finanças. Em votação. — APROVADA.

Em votação a Emenda 8, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, parecer favorável da Comissão de Finanças. Em votação. — APROVADA.

Em votação a Emenda 9, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, parecer favorável da Comissão de Finanças. Em votação. — APROVADA.

Em votação a Emenda 10, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio. Parecer favorável da Comissão de Finanças. Em votação. — APROVADA.

Em votação a emenda 13, de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, com parecer favorável da Comissão de Finanças. — APROVADO.

Em votação o Projeto de Lei nº 150/75. — APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, com o seguinte teor. (Lê):

“Senhor Presidente.

Tendo em vista tratar-se de matéria que prefere a qualquer outra, por ter seu prazo de conclusão fixado nos termos do art.

25, parágrafo 3 da Constituição Estadual, cujo prazo se vencerá amanhã, requer-se de V. Exa. ouvido o plenário seja dispensada da publicação a redação final do Projeto de Lei nº 150/75, de autoria do Poder Executivo, que objetiva reformular parcialmente a Lei Orgânica do ICM.

Outrossim, ainda pelas mesmas razões, requer que uma vez dispensada a publicação, seja a matéria incluída na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975”.

Em discussão o requerimento. Em votação. — APROVADO.

A Mesa adverte ao plenário que o rito que foi tomado para solução da votação deste Projeto de Lei 150/75, não será repetido por esta Presidência. Nós todos devemos ter cuidado em trazer a plenário as matérias que têm um prazo fatal para ser apreciada.

Servirá esta liberalidade como advertência única que não serve de exemplo para outros casos idênticos ou similares.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 130/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 271/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Realeza objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — APROVADO, Artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 131/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 272/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de São João do Triunfo, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 132/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 275/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Guairacá, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 133/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 155/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Salto do Itaré, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 164/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 167/75, que aprova Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito, e o Município de Mal. Cândido Rondon, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 164/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 10 de dezembro de 1974, entre o Detran e o Município de Mal. Cândido

dido Rondon, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 167/75

Acompanhado de mensagem 44/75, de 04 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa convênio celebrado em 10 de dezembro de 1974, entre o DETRAN e o Município de Mal. Cândido Rondon, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 173/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 158/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cascavel, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área daquele Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 173/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de maio de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cascavel, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 158/75

A presente Proposição 158/75, visa referendar o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Cascavel, visando cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito.

De acordo com o preceito constitucional é de competência do Sr. Governador a celebração de convênios, e analisando-se os objetivos, temos que mesmo atende aos interesses do Estado e do Município.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se

pela sua aprovação, nos termos do Projeto em anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) sr. Presidente, é com imensa satisfação que me permito neste final de sessão, com a magnanimidade e espírito altamente democrático de V. Exa., interromper a sessão para fazer uma comunicação que, acredito, deve alegrar os Srs. Deputados de ambas as bancadas.

Há poucos instantes o Sr. Secretários dos Negócios da Educação e Cultura, Sr. Professor Borsari Neto, me telefonava informando que estaria nesta Casa, mais precisamente no gabinete de V. Exa., para fazer a entrega da Mensagem Governamental, acompanha da do anteprojeto do Estatuto do Magistério.

Com a permissão de V. Exa., gostaria de convidar os Srs. Deputados para presenciarem o ato, porquanto é o coroamento de uma luta encetada por este Poder, em perfeita consonância com o Executivo.

Ao mesmo tempo o Sr. Secretário de Educação e Cultura fará entrega de um exemplar à Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para assuntos de educação.

Quero crer que assim estaremos em condições de, no período de recesso, analisar, discutir com nossas bases, com os representantes de classe, com os professores aquela matéria, para termos condições de, no início do próximo ano, votarmos a matéria com conhecimento de causa.

Era a comunicação que pretendia fazer e agradeço, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação final de diversos projetos de Resolução. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final do Projeto de Lei 169/75. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados

expedientes aos Srs. Presidente da República, Ministro das Comunicações, Ministro da Agricultura e ao Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo a instituição de selos postais homenageando o agricultor brasileiro, com lançamento previsto para o dia 25 de julho de 1976, ao lado de outras solenidades, no município de Mal. Cândido Rondon. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja antecipado o pagamento dos vencimentos aos funcionários públicos estaduais, mediante programação especial a iniciar-se dia 15 do corrente até o dia 19. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Superintendente da SANEPAR, no sentido de que sejam tomadas medidas cabíveis, visando dotar de rede de água o distrito de Carambei, município de Castro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a inclusão do Grupo Escolar Rui Barbosa, localizado na cidade de Primeiro de Maio no plano de recuperação de prédios estaduais. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, pleiteando a inclusão do prédio do Grupo Escolar Hugo Simas, de Londrina, no plano de recuperação de prédios estaduais. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr.

Diretor do DER, encarecendo providências no sentido de regularizar a linha de ônibus intermunicipal que liga o Município de Guaraniaçu, passando pelo distrito de Guaporé e demanda à Campina da Lagoa e outros. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam adotadas providências visando a imediata regularização da situação precária em que se encontra o Ginásio Estadual de Marajó. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valtér Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que se digne determinar à Secretaria de Segurança Pública e Saúde e Bem Estar Social e Prefeitura Municipal de Curitiba, a imediata interdição de toda a parte superior do edifício "Independência" localizado na Praça Tiradentes, nesta Capital. Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Peço a palavra para discutir

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de protesto e que seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dando-lhes conhecimento do mesmo e apelado para que se corrija a grave falta praticada contra o Estado do Paraná, no que tange ao episódio da nomeação de juizes para a composição do novo Tribunal Regional do Trabalho a ser instalado em nossa Capital. — Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando a dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei 150/75, solicitando, uma vez dispensada a publicação, a matéria seja incluída na Ordem do Dia da sessão de amanhã. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 25/75, 100/75 a 126/75, e de Lei n.ºs 67/72, 53/75, 128/75, 145/75, 150/75, 154/76 e 158/75.

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 5, às 10:00 horas, com a seguinte —

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 92/75 e de Lei n.ºs 23/75, 114, 124, 152 e 169/75.

Levanta-se a Sessão.
